

A CULTURA ENQUANTO SUPORTE DE IDENTIDADE, DE TRADIÇÃO E DE MEMÓRIA

Cassiano Reimão

I – CULTURA

1. Noção de cultura

A cultura constitui uma referência básica para o entendimento do social e do político, definindo a matriz e o suporte da identidade, da tradição e da memória de qualquer povo e de qualquer sociedade. Na verdade, a realidade social está estruturada em dispositivos que constituem o campo em cujo seio se manifestam as interações e os fenómenos, quer individuais, quer colectivos; esta estruturação manifesta-se em diversos níveis: no nível grupal, no nível institucional e no nível ambiental. Estes diversos níveis interpenetram-se e coexistem. Na sua base, situa-se a cultura que, não sendo uma realidade em si mesma, configura a realidade, tornando-a social, através de um conjunto complexo de factores, tais como as diversas aprendizagens respeitantes à maneira de ser social dos indivíduos e dos grupos, numa sociedade determinada.

Em sentido sociológico, podemos dizer que a cultura é tudo aquilo que os homens criaram ao longo do tempo e em todos os domínios, numa dada sociedade. É, portanto, todo um conjunto de elementos de ordem material e mental, algo que, através da sociedade, se recebe do

passado, sofrendo naturais alterações, quer por abandono de certos elementos, quer por absorção de elementos novos.

A cultura recebe-se do passado e transmite-se para o futuro. Se um elemento cultural deixar de ser transmitido, deixando de ter identidade e de ser memorizado, acabará por deixar de fazer parte da cultura da sociedade considerada. A cultura não é imutável; constitui-se na construção de uma desconstrução.

A noção de cultura é, presentemente, muito falada em termos de discurso social. Foram as investigações antropológicas que alertaram para o facto de as variações culturais influírem decisivamente no comportamento social.

Até aos nossos dias, numerosos trabalhos de Psicologia Social apenas viam os efeitos dos factores culturais como uma mera dimensão, entre outras, do comportamento social. Mas a análise das significações que são socialmente partilhadas numa determinada situação por indivíduos, por grupos ou por uma sociedade, faz da cultura um modelo de compreensão das experiências, das atitudes, dos juízos dos outros e de nós mesmos, em relação a essa mesma situação. A cultura é, afinal, todo um conjunto de saberes e de práticas partilhadas, representando um modelo de significações para um determinado sistema, que se transmitem por tradição, em sintonia de identidade, operada pela memória colectiva.

Existe uma certa dificuldade em definir, sinteticamente, a noção de cultura, facto que se deve provavelmente à evolução do próprio termo. Inicialmente, designava o "cultivo da terra". Por uma certa analogia utilizou-se para designar "cultura da alma", do espírito; daí dizer-se de alguém, que desenvolveu as suas capacidades intelectuais, que é culto.

No Séc. XVIII, vários historiadores alemães, que se debruçaram sobre a evolução e o progresso da Humanidade, utilizaram este termo também para designar a ideia de movimento progressivo, de aperfeiçoamento, não só de um indivíduo, mas também das colectividades, e da própria Humanidade. A palavra ganhou uma conotação de colectivo. A definição científica de cultura é, no entanto, devida à Antropologia e, sobretudo, à Etnologia. Deve-se a Tylor (1964) uma das primeiras definições de cultura que ele utiliza como sinónimo de civilização:

"A cultura ou a civilização, entendida no sentido etnográfico amplo, é esse conjunto complexo que engloba os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e hábitos que o Homem adquire enquanto membro de uma sociedade".

A par da definição de Tylor outras vingaram. Para Linton (1945), a cultura tinha a ver com a maneira de se viver numa determinada sociedade. Na perspectiva de Linton, a cultura é o conjunto de comportamentos apreendidos, compartilhados e transmitidos aos membros de uma sociedade; é, pois, uma herança social, segundo Linton.

Outro antropólogo americano, Malinowski (1947), baseou a sua definição de cultura na função dos factos, enquanto elementos culturais. A sua teoria é a de que a cultura é um sistema capaz de responder às necessidades humanas. Estas são de três tipos: *básicas* (alimentação), *derivadas* (comunicação, educação) e *integradoras* (religião).

O termo cultura, em Sociologia, baseia-se na ideia de cultura da Antropologia embora tenha demorado bastante mais tempo a ser adoptado visto que alguns dos seus precursores não o utilizaram; por exemplo, Durkheim usou, no mesmo sentido, a ideia de actividade social. Também aqui, ao transitar do alemão para o inglês, a noção de cultura sofreu transformação, surgindo mesmo uma certa *confrontação* entre a noção de *cultura* e a de *civilização*.

Encontram-se, em geral, duas definições distintas e praticamente opostas. A mais comum refere-se aos aspectos mais *espirituais da vida colectiva*, enquanto fruto da reflexão e do pensamento "puro", enquanto elaboração da sensibilidade e do entendimento. A noção de civilização aplica-se, então, aos meios que servem os fins utilitários e materiais da vida humana colectiva; a civilização tem um carácter racional que exige o progresso das condições físicas e materiais do trabalho, da produção, da tecnologia, etc. No entanto, em regra geral, quer os antropólogos, quer os sociólogos não se preocupam em seguir esta distinção.

A cultura permite, pois, compreender os modos colectivos de actuar como respostas aceites segundo os valores comuns a um grupo.

Ao nível da *psicanálise*, Freud apresentou uma noção de cultura que se assemelha à ideia de Superego: a cultura humana compreende, por um lado, todo o saber e todo o poder adquiridos pelos Homens para dominar as forças da Natureza e, por outro, todas as organizações necessárias para fixar as relações entre eles.

O Homem é um ser de desejos, utilizando o objecto cultural (a cultura) como substituição do objecto perdido (desejado); deste modo, imagina-se senhor da realidade. A longa infância do homem determina o seu comportamento, a sua dependência do outro (a mãe) para satisfação das suas necessidades; essa satisfação encontra também resposta

na cultura. Há proibições a certas pulsões que são necessárias ao desenvolvimento humano. A cultura é, pois, a interiorização das proibições necessárias à sobrevivência de uma sociedade.

Integrando estas diversas concepções de cultura, podemos propor a definição, de Guy Rocher, oriunda do pensamento de Tylor: "a cultura é um conjunto articulado de maneiras de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, de uma maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa colectividade particular e distinta" (Rocher, 1989).

2. Características da cultura

Uma das características essenciais da cultura é o facto de ela ser um fenómeno social, isto é, de as maneiras de viver (sentir, agir e pensar) serem produzidas e adquiridas *socialmente*. Os elementos culturais são reconhecidos como constituintes da maneira de viver de um conjunto social, embora sem se excluírem variações individuais. Os elementos culturais têm sempre um contexto social. Daí que as culturas englobem as formas de vida social que possam ser isoladas de outras de igual natureza; quer isto dizer que a cultura é pertença de um dado grupo. Situa-se aqui o conceito de "área cultural"; esta é a área geográfica onde se encontram os mesmos traços culturais; é identificada como um círculo em cujo centro se encontram os grupos cujos traços culturais são os mais característicos dessa área.

A noção de cultura não se aplica só a uma sociedade global; existe também a cultura de uma classe social, de uma região; daí a utilização do termo "subcultura" para designar uma entidade parcial dentro de uma sociedade global ou a relação de uma cultura com outra mais vasta em que a primeira se insere.

Uma outra característica da cultura consiste em ela agir como *modelo*, uma vez que as maneiras de pensar, de sentir e de agir estão mais ou menos estandardizadas, sendo esta formalização dos comportamentos mais ou menos flexível. O modelo é referência imposta ao indivíduo, mas facilita-lhe a organização da sua própria forma de vida. Quer-se com isto dizer que, na sociedade, não existem comportamentos isolados; as normas, as atitudes, as acções e os juízos são particularmente iguais aos dos outros. Os modelos culturais podem ser característicos de uma sociedade global ou de uma categoria dentro dela e constituem, de qualquer modo, um conjunto explícito de condutas.

Podem ser mais ou menos formalizados; são muito formalizados num código, numa cerimónia, num protocolo; são-no menos, e em vários graus, nas artes, em certos sectores das regras de boa educação, etc. Cada cultura admite variações individuais e quanto menos formalizadas forem as maneiras de agir, de pensar e de sentir, maior é a parte de interpretação e de adaptação pessoal permitida e exigida.

Podemos aqui falar de uma *cultura ideal* (a cultura ideal é aquela que engloba as maneiras de viver propostas pela sociedade) e de uma cultura modal, compreendendo diversas formas em que as maneiras de viver, apresentadas como ideais, são realmente realizadas na maioria dos casos.

Aponta-se também como característica essencial da cultura o processo, a maneira como a cultura é apreendida ou transmitida. A aquisição da cultura resulta de diversos processos de aprendizagem. Estes processos são definidos pelos termos *Socialização e Enculturação*.

Por socialização entende-se a integração, mais ou menos conseguida, de um indivíduo num grupo. A enculturação vai um pouco mais longe, pois implica não só a adaptação, mas também a interiorização dos modelos culturais aceites como normas pelo grupo. Embora separados para facilidade de análise, estes dois mecanismos fazem parte do mesmo processo pelo qual, ao *longo da vida*, a pessoa humana *apreende e interioriza* os elementos socioculturais do seu meio, os integra na estrutura da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes especiais significativos e *se adapta*, assim, ao ambiente social em que vai viver.

Além destes processos (que são específicos), há um outro, o da *Aculturação*; este termo aproxima-se da ideia de "empréstimo cultural" referida por Herskowitz. Segundo este autor, a aculturação compreende os fenómenos resultantes do contacto directo e contínuo entre dois grupos de indivíduos de culturas diferentes com trocas importantes nos modelos culturais típicos de um ou outro grupo.

3. Funções da Cultura

Segundo o que foi dito, é fácil perceber-se que a cultura desempenha várias funções psicossociais.

Socialmente, a cultura tem como função reunir uma variedade de pessoas numa colectividade específica, favorecendo a adaptação do homem ao seu meio ambiente e ao conjunto das realidades com que tem de viver.

1. Através da *identificação*, isto é, da conquista da identidade, da maneira de pensar, de agir e de sentir que lhes são comuns, a cultura dá às pessoas que integram uma determinada colectividade uma *identidade colectiva*, numa linha de tradição e de memória. Para tal, a cultura apoia-se em factores objectivos mas que, através dela e nela, ganham uma significação mais cultural. A tradição e a memória são alargadas. Por exemplo, os laços de sangue são transformados através da cultura em laços de parentesco; a coabitação geográfica em pátria, nação e propriedade; a divisão do trabalho em hierarquia social, prestígio social e classe social.

2. A cultura propõe também *modelos*, enquanto processos de continuidade da tradição, de modo a construírem-se novos modos de vida. Contém e reinterpreta valores de modo mais ou menos sistemático, oferece aos indivíduos escolhas e opções entre valores dominantes e outros. Esta escolha não é, porém, ilimitada e as opções também são restritas, embora umas sejam mais privilegiadas do que outras.

A cultura é um *universo mental, moral e simbólico* comum a uma pluralidade de pessoas em função do qual podem comunicar entre si, reconhecer laços, interesses comuns, divergências e opiniões, sentindo-se cada um individualmente e todos colectivamente como membros de uma entidade que lhes é superior, chamada grupo, colectividade ou sociedade.

3. A função psicológica da cultura tem a ver com a *sua função de formar a personalidade de cada indivíduo*. É como que um molde que lhes propõe modos de pensar, conhecimentos, ideias, maneiras de se exprimir, formas de gostar, meios para satisfazer necessidades fisiológicas, etc. Kardiner integra esta função no conceito-chave de *personalidade de base*. Assim, uma criança que nasce e cresce numa cultura particular vai gostar de determinados pratos, comer de determinada forma, ligar sentimentos a certas cores, casar de determinada maneira. Se a mesma criança fosse colocada noutra cultura, após ter nascido, iria provavelmente gostar de outra comida, provavelmente usar outros talheres e casar de outro modo.

O molde não é, no entanto, rígido; tem flexibilidade, de modo a permitir adaptações pessoais. Essa flexibilidade do molde cultural tem, no entanto, limites; ao ultrapassá-los, o indivíduo passa a ser marginal nessa sociedade, podendo, contudo, passar a outra..

II – VALORES

1. Noção de Valor

Uma cultura é fundamentalmente constituída por um conjunto de valores que actuam numa dada sociedade; estes manifestam-se, sobretudo, através dos papéis e dão origem a sanções.

Em todas as culturas existem certas normas determinantes de como viver a vida. Estas normas não só se expressam em mandamentos e proibições, em sistemas religiosos e filosóficos, mas também no modo como se processa a vida diária: no convívio com os outros seres humanos e no tratamento dos problemas que surgem diariamente.

O conceito de valor social foi criado pelos antropólogos e pelos sociólogos para descrever uma sociedade em ordem a captar as suas principais características.

Segundo Kluckhohn (1951), o valor *"é uma concepção explícita ou implícita do desejável, específica ou característica de um grupo, orientando as modalidades e o sentido da sua acção"*.

Na actualidade, os psicólogos sociais consideram os valores como sendo o resultado de interacções complexas entre o indivíduo e o meio que o rodeia e supõem a análise rigorosa dos mecanismos internos de uma sociedade bem como dos modos de conduta determinados por aquilo que os indivíduos crêem ser aceitável, desejável, bom ou mau para eles.

O sociólogo Guy Rocher afirma ser o valor uma maneira de ser ou de agir que uma pessoa ou uma colectividade reconhecem como ideal e que faz com que os seres ou as condutas aos quais é atribuído sejam desejáveis. Enquanto ideal, o valor implica, portanto, a ideia de uma qualidade de ser ou de agir superior a que se aspira.

Os valores são sistemas de avaliação social resultantes de uma interacção dinâmica entre o indivíduo e a sociedade, constituindo as normas culturais do juízo social.

2. Características essenciais dos Valores

1. Os valores apresentam-se, em primeiro lugar, como um conjunto de ideais que servem de base a critérios de avaliação dos indivíduos, dos comportamentos e dos objectos; os valores situam-se na ordem ideal e não na ordem dos objectos concretos ou dos acontecimentos. Isto significa que os valores, porque ideais, implicam a ideia de uma qualidade ou de um modo de agir superior, a que se pode aspirar.

2. Os valores organizam-se em torno de objectivos que ocupam um lugar central no sistema, ordenando-se hierarquicamente, a partir deles, os objectivos secundários.

Os valores convidam ao respeito e à adesão e, por isso mesmo, inspiram os comportamentos que são sempre julgados à luz desses mesmos valores.

3. Os valores são *relativos*, isto é, são sempre específicos de uma sociedade. Cada sociedade tem os seus próprios valores, os seus próprios ideais.

4. Os valores revestem-se de uma certa *carga afectiva* não estando isentos de sentimentos nem de motivações. São factores poderosos na orientação das acções das pessoas e das colectividades, sobretudo no aspecto religioso.

5. Os valores, numa dada sociedade, encontram-se dispostos segundo uma ordem ou *escala hierárquica*; não se encontram nunca isolados, nem simplesmente justapostos; têm entre si nexos complexos, estando articulados de um modo coerente, constituindo, no seu conjunto, aquilo a que se chama o *sistema de valores*. Na formalização da noção de valor estão presentes as concepções do homem e da natureza, as relações interpessoais e as relações estabelecidas entre o homem e a natureza.

Significa que os sujeitos e as colectividades, dentro do universo dos valores, optam por aqueles valores que são mais conformes do que outros ao seu ideal de vida, à sua visão do mundo, à ideia que fazem da natureza, do homem e do seu destino. Porém, a mesma pessoa pode fazer um conjunto de opções de valores num dado contexto.

A opção pelos valores não é, portanto, a mesma para o mesmo indivíduo, em todas as situações, pois está intimamente ligada ao contexto social.

III – IDEOLOGIA

1. Noção de Ideologia

À noção de valor associa-se a noção de *ideologia* como elemento basilar da cultura.

No Século XVIII, a noção de ideologia designava a ciência dos fenómenos mentais; introduziu-se progressivamente nas ciências sociais a partir da definição que lhe deu inicialmente Marx.

1. Marx atribuiu dois sentidos à ideologia : o primeiro refere-se aos sistemas de representação elaborados pela moral, pela religião e pela política, determinando a consciência que os indivíduos têm das coisas e da sociedade; o segundo sentido engloba o aspecto de um processo mais amplo que é o de alienação e que, por sua vez, faz intervir dois pólos distintos: por um lado, as ideias da classe dominante que se convertem em ideias dominantes (neste sentido, a ideologia define a representação da classe dominante, de acordo com a sua posição e os interesses que impõe); por outro lado, é constituída pela classe dominada que sofre as ideias dominantes (não pode ter uma visão exacta da realidade, pois as relações sociais em que está inserida produzem uma concepção errónea da história humana).

2. Althusser (1973) situa o conceito marxista de ideologia na perspectiva de uma dinâmica subjectiva ao defini-la como "uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência"; esta concepção da ideologia coloca o acento essencialmente na sua estrutura e no seu funcionamento: a ideologia constitui uma relação de representação, funcionando sobre bases materiais. Desta posição deduz-se que uma ideologia não existe por si mesma, à margem dos indivíduos concretos que actuam no sistema em que se encontram. O ponto de vista de Althusser faz da ideologia um fenómeno social central.

3. Na perspectiva das Ciências Sociais, a ideologia é considerada, globalmente, como um sistema de representações que, implicando valores, proporciona uma interpretação da realidade. Sendo assim, toda a ideologia, enquanto sistema de representações e de acções, remete explícita ou implicitamente, para uma ontologia. A ideologia designa toda a forma sistematizada de representações que proporciona uma explicação da realidade em geral e do funcionamento social em particular; é uma construção sociocognitiva que ministra um modelo de avaliação das situações e propõe, no contexto de uma dada sociedade, uma orientação coerente dos comportamentos individuais e colectivos.

Segundo Deconchy (1989), a ideologia é um processo psicossocial em que existe um trabalho de construção de imagens de subsistência e de tradição como modelos de referência.

Em suma, a ideologia designa um sistema de ideias e de juízos explícitos e geralmente organizados que serve para descrever, interpretar ou justificar a situação de um grupo ou de uma colectividade; inspi-

rando-se em valores, propõe uma orientação precisa à acção histórica desse grupo ou dessa colectividade.

Esta noção comporta, em especial, três elementos :

1. A ideologia apresenta uma forma sistemática, coerente e organizada; possui o carácter de "doutrina", no sentido lato do termo;

2. A ideologia refere-se a valores; F. Dumont afirma que a ideologia poderia ser considerada como "racionalização de uma visão do mundo" (isto é, um sistema de valores);

3. A ideologia incita uma colectividade à acção ou, pelo menos, dirige-a, fornecendo-lhe fins e meios.

No universo político é-nos permitido analisar a ideologia de um modo específico; é aí que os sistemas de crenças e de símbolos aparecem directamente determinados pela problemática da relação com o poder. As ideologias políticas podem, assim, ser definidas como sistemas de ideias pelos quais os indivíduos, os grupos e os partidos explicam e justificam os fins e os meios da sua acção.

2. Componentes da Ideologia

Existem dois tipos de componentes na ideologia: estrutural e justificativa por um lado; fundamental e operativa, por outro.

A primeira componente é constituída por elementos estruturais e justificativos. Há elementos estruturais que determinam uma situação, produzindo tipos específicos de acção. Os elementos justificativos constituem o conjunto de meios e variam segundo as circunstâncias e as necessidades, permitindo legitimar uma situação definida pela ideologia recorrendo à emoção e a toda a forma de racionalização.

Para Seliger (1976), estes elementos são interdependentes. Embora a ideologia seja captada como uma unidade, representa, na realidade, um sistema de componentes assimétricas e flutuantes.

No que diz respeito à outra componente acima referida, distinguem-se as seguintes dimensões:

A *dimensão fundamental* que compreende os princípios que servem de guia às acções colectivas e às decisões individuais; e a *dimensão operacional* que reagrupa os princípios que põem em funcionamento os meios utilizados em ordem à obtenção de fins imediatos.

A existência destes dois níveis permite captar, como demonstrou Seliger, a existência de um conflito, não só entre a ideologia e a acção, mas também no próprio seio da estrutura ideológica. Há um conflito

entre estes dois níveis, isto é, entre aquilo que, por um lado, pode fazer-se e aquilo que, por outro, deve fazer-se.

3. Mecanismos da Ideologia

Os mecanismos da ideologia permitem-nos compreender como funcionam as ideologias bem como os papéis que desempenham:

1 – A Reificação Social

As instituições sociais idealizam as relações entre os indivíduos. A ideologia manifesta-se especialmente nas relações entre os indivíduos (relação superior/subordinado, professor/aluno, etc). Os grupos dirigentes possuem um tipo de representações que tende a considerar que os outros são incapazes de cumprir as funções que se lhes atribuem.

2 – A Divisão Categorial

Este segundo mecanismo ideológico traduz-se na fragmentação da realidade fazendo-a funcionar de um modo dúbio; trata-se da representação da sociedade na qual se identificam relações entre grupos opostos.

Moscovici (1968) estudou as oposições da "divisão natural". De acordo com a profissão (agricultor, artesão, engenheiro, cientista, etc) cada um tem o seu sector limitado. A partir daqui, criou-se a divisão entre os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais; cada um tenta preservar os seus interesses de categoria e manter uma distância "aceitável" entre as diversas categorias.

3 – A Criação de Mitos

A ideologia opera através de um certo número de mitos cuja função é servir de suporte e de orientação às actividades e às crenças.

Barthes (1973) demonstrou como é que o mito é um instrumento da ideologia distinguindo nele várias funções :

- a eliminação da história (apresentação intemporal);
- a identificação enquanto generalização tendente a evitar elementos particulares;
- a quantificação da qualidade: pretende-se entender melhor a realidade apoiando-se em feitos medidos como o êxito, a popularidade, etc;
- a apresentação de verdades irrefutáveis.

IV – IDEOLOGIA, CULTURA, IDENTIDADE, TRADIÇÃO E MEMÓRIA

A ideologia, segundo a noção apresentada, não é a totalidade da cultura, mas sim um elemento dela.

Pode falar-se da ideologia de um grupo restrito ou parcial (partido político, sindicato, exército, determinada profissão, etc.) bem como da ideologia de uma sociedade global (nação, país, etnia).

A ideologia ocupa, seguramente, uma posição privilegiada na cultura. Através dela, temos acesso directo a uma perspectiva da colectividade, que pode, ao mesmo tempo, servir-nos de ponto de partida para as nossas análises e fazer-nos atingir as principais fontes e agentes da mudança social. Estamos, portanto, bem longe da concepção marxista da ideologia enquanto falsa consciência da realidade.

A ideologia é, com frequência, princípio de divisão, fonte de conflito no seio de uma colectividade e entre as colectividades. E é aqui que a ideologia mais se distingue dos valores e da cultura e se revela nitidamente como um elemento desta última. Aponta para a unanimidade, ao passo que a cultura e os valores apelam para um consenso de certo modo natural. A ideologia assume, assim, no seio da cultura, uma posição mais racional e mais explícita do que os *valores*, em ordem à estruturação social, numa linha de identidade, de tradição e de memória.

Conclusão

A noção de cultura é uma noção polissémica, mas toda ela contextualizada no âmbito de um dinamismo de identidade, de tradição e de memória. Por isso a definimos como um conjunto de modalidades da experiência social, construída sobre saberes aprendidos e organizados como sistema de signos que possibilita aos membros de um determinado grupo a construção de um modelo de significações em ordem à estruturação e definição de comportamentos adaptados numa dada sociedade: Como diz Hall (1979), "toda a sociedade é cultura".

Referimos duas componentes essenciais da cultura: por um lado, a existência de valores enquanto normas culturais do juízo social; por outro lado, a existência de ideologias enquanto formas sistematizadas de representações sociais.

Os valores e as normas são partes integrantes da cultura, actuando, em consequência, como elementos organizativos das representações e dos comportamentos.

Verifica-se, através da análise das diferentes características e das diferentes funções da cultura, que esta informa todo o tecido dos sistemas sociais, mas não constitui uma realidade independente e autónoma; a cultura é, sim, uma realidade que integra todas as formas de expressão da vida social e colectiva, numa linha de identidade, de tradição e de memória, no contexto das relações intersubjectivas, numa dada comunidade.

Bibliografia :

- Fischer, G. N. (1992): *Campos de Intervención en Psicología Social*, Narcea, Madrid.
- Rocher, G. (1989): *Sociologia Geral – A Acção Social*, Presença, Lisboa.
- Barthes, R. (1973): *Mythologies*, Le Seuil, Paris.
- Berry, J. W. (1984): *Culture and Cognition: Readings in Cross-Cultural Psychology*, Methuen, Londres
- Deconchy, J. P. (1989): *Psychologie sociale: Croyances et idéologies*, Klincksieck, Paris.
- Dumont, F. (1974): *Les idéologies* PUF, Paris.
- Eliade, M. (1975): *Le Sacré et le Profane*, Gallimard, Paris.
- Linton, R. (1969): *L'individu dans sa société*, Gallimard, Paris.
- Moscovici, S. (1968): *Essai sur l'histoire humaine de la nature*, Flammarion, Paris.